

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.887 - SP (2019/0304133-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : SILVIO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO INNOCENTI - SP130329
DANIELA BARREIRO BARBOSA - SP187101
MARIA CRISTINA LAPENTA - SP086711
TAMIRES DE VASCONCELOS FERREIRA - SP359988
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : RENATO KENJI HIGA - SP113895
DANIELLE GONÇALVES PINHEIRO - SP226424

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA DE OFENSA AO ART. 1.022, II DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DE SILVIO DE OLIVEIRA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu o Recurso Especial interposto com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual SILVIO DE OLIVEIRA se insurge contra acórdão do egrégio TJSP, assim ementado:

AÇÃO ORDINÁRIA - Alegada a não alteração do subteto pelo Governo Estadual, o que vem representando um verdadeiro redutor salarial ~ Sentença de improcedência — Impossibilidade do Poder Judiciário estabelecer nova regulamentação a respeito do teto de vencimentos no serviço público do Estado - Aplicação do teto remuneratório fixado pela Emenda Constitucional 41/2003 - Vantagens pessoais adquiridas em momento anterior à alteração empreendida pela referida emenda - Existência de direito adquirido (arts. 5o., inciso XXXVI, e 60, § 4o., ambos da CF) - Incidência das regras do sistema normativo primitivo - Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria: Recurso Extraordinário 606.358/SP - Traduz afronta direta ao art. 37, XI e XV, da Constituição da República a exclusão, da base de incidência do teto remuneratório, de valores percebidos, ainda que antes do advento da Emenda Constitucional 41/2003, a título de vantagens pessoais - Retorno dos autos para eventual adequação - Decisão mantida, com observação, para adequá-la ao RE 606.358/SP (fls. 418).

2. Nas razões do Recurso Especial inadmitido, a parte

Superior Tribunal de Justiça

recorrente aponta violação do art. 1.022, II do Código Fux, ao argumento de que o acórdão foi omissivo, pois os Desembargadores olvidaram-se de apreciar o pedido objeto da demanda, que é distinto a tese de vantagens pessoais.

3. É o relatório.

4. Não se verifica a alegada violação do art. 1.022, II do Código Fux, tendo em vista que o Tribunal *a quo* apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

5. Apesar de rejeitados os Embargos de Declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente, consoante pode ser observado da seguinte passagem:

Por meio de sucessivas interpretações do Supremo Tribunal Federal (a partir da decisão da ADIn 14), o teto constitucional de retribuição foi sendo desmantelado, admitindo-se exceções, ao excluir dos limites as vantagens pessoais e aquelas relativas à natureza e local de trabalho.

Com isso, sobreveio a Emenda Constitucional 19/1998 alterando novamente o artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal. Neste momento, foi estabelecido um único teto nacional correspondente aos subsídios do Supremo Tribunal Federal, sendo incluídas - para a aplicação do limite - as vantagens pessoais e toda e qualquer parcela de remuneração.

Entretanto, mais uma vez o texto constitucional tornou-se ineficaz por força de decisão do Supremo Tribunal Federal que - em sessão administrativa realizada em 24.6.98 - entendeu ser a norma em questão desprovida de autoaplicabilidade, sendo imprescindível a edição de lei de iniciativa conjunta do Presidente da República com os Presidentes da Câmara de Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal. Como essa lei nunca foi aprovada, o dispositivo tornou-se letra morta, com a conseqüente renovação da matéria em sede de mais uma Emenda Constitucional, de 41/2003.

Em 19 de dezembro de 2003, entrou em vigor a Emenda Constitucional 41, instaurando um novo sistema de limites de retribuição. Como limite máximo de remuneração nacional fixou-se os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; sendo que, nos Estados-membros ~ hipótese do caso concreto - foi estabelecido limite fixo inferior ao teto nacional, pautado no subsídio do Governador, sendo incluídas, para os efeitos destes limites, as vantagens pessoais e aquelas relativas à natureza e local de trabalho.

Nessa perspectiva sempre defendi, em resumo, que o ordenamento jurídico — pautado pelo basilar princípio da segurança jurídica - não admite a interpretação de que a inexistência de direito adquirido a regime jurídico signifique que aqueles submetidos a regime estatutário não adquirem direitos que se incorporam definitivamente ao seu patrimônio jurídico. Por evidente que adquirem e, no momento em que isso ocorre, ficam sob a proteção do artigo 50., inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Assim, ressalvado meu entendimento pessoal, não há mais como sustentar, sob o pressuposto das garantias constitucionais ao direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos, a não incidência de redutor salarial, para fins do teto salarial previsto na Emenda Constitucional 41/03, sobre seus vencimentos e vantagens pessoais, adquiridas anteriormente à vigência da referida Emenda Constitucional.

Daí o porquê, mantém-se a decisão anteriormente proferida, com observação, para adequá-la ao RE 606.358/SP (fls. 422/426).

Página 3 de 4

Superior Tribunal de Justiça

valor da causa, que deverão ser acrescidos ao montante final.

7. Publique-se.
8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

